



## Legislativo

# No pêndulo político de Pacheco, ameaças e bondades aos Poderes

— Presidente do Senado, autor da PEC do Quinquênio, é visto como espécie de camaleão, que ora afaga Lula, ora acena ao bolsonarismo

VERA ROSA  
BRASILIA

Quarenta e oito horas depois de ter sido chamado de “salvador da Pátria” pelo Palácio do Planalto, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), entrou com recurso contra uma decisão favorável ao governo Lula. A mudança ocorreu após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin suspender, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a validade de trechos da lei aprovada pelo Congresso que prorroga a desoneração da folha de pagamentos de empresas e municípios até 2027.

Inconformado, Pacheco cancelou compromisso que teria antecedido, em Belo Horizonte, onde se encontraria com Lula. Em seguida, convocou uma reunião de emergência, na residência oficial do Senado, com consultores legislativos e colegas que estavam em Brasília, como o líder do União Brasil, Efraim Filho (PB), autor do projeto.

A portas fechadas, o senador disse ter ficado perplexo com o “erro político” do Planalto e definiu a situação como “incrível”. Pelos cálculos da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fa-

zenda, somente neste ano o impacto da desoneração representará R\$ 15,8 bilhões em isenção ou redução de tributos.

“O que nos gerou perplexidade foi o comportamento do governo”, afirmou Pacheco a jornalistas, pouco tempo depois, repetindo o tom indignado. “Isso alimenta o fenômeno da judicialização da política, num momento em que resolvemos a questão do Perse (programa para o setor de eventos) e debatemos o adiamento de sessões do Congresso.”

Autor de uma outra proposta polêmica, a emenda à Constituição que turbinou os salários de juízes e integrantes do Ministério Público — conhecida como PEC do Quinquênio (*mais informações nesta página e na pág. A8*) —, Pacheco também destacou que, a partir de agora, será preciso haver “ampla discussão” sobre gastos do Executivo. “Além de arrecadar, qual é a proposta do governo para equilibrar as contas públicas?”, perguntou ele.

Na avaliação da Advocacia-Geral da União (AGU), porém, a desoneração de 17 setores da economia e de aproximadamente cinco mil municípios viola a Lei de Responsabilidade Fiscal e é inconstitucional por não haver “adequada demonstração do impacto orçamentário

rio e financeiro da medida”.

Na semana passada, a AGU também solicitou ao ministro do STF Nunes Marques que reconsiderasse a decisão concedendo a Minas Gerais mais 90 dias de prazo para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal. O pedido é para que Minas retome logo o pagamento do serviço da dívida à União.

**“O presidente do Senado serve à Casa, e não ao governo. Então, é a balança do governo que está errada, não a dele”**

**Marcos Rogério (PL-RO)**  
Senador

Os dois movimentos irritaram Pacheco, que aguarda o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, enviar ao Congresso um projeto para a renegociação dos débitos dos Estados. “Espero que agora, em maio, possamos ter a apresentação dessa proposta alinhada com o governo”, insistiu o senador.

Minas se destaca no rol dos devedores da União por apresentar uma dívida de R\$ 165 bilhões, considerada por muitos como impagável. Na análise da Capacidade de Pagamento

(Capag) dos Estados, feita pelo Tesouro Nacional, Minas, Rio e Rio Grande do Sul receberam a pior nota: D.

**ESPÓLIO DE ALCOLUMBRE.** Prê-candidato à sucessão do governador de Minas, Romeu Zema (Novo), em 2026, Pacheco termina o seu segundo mandato à frente do Senado no início do ano que vem. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com quem ele já protagonizou uma série de divergências, também entregará a cadeira em fevereiro.

Nos bastidores do Congresso, Pacheco é visto por colegas como uma espécie de camaleão político, que ora afaga Lula, ora acena para apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Há quem diga até que ele, um advogado criminalista, herdou essa tática do senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que hoje dá as cartas na poderosa Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), porta de entrada de todos os projetos de interesse do Executivo. Ex-presidente do Senado e padrinho político de Pacheco, Alcolumbre é favorito para retomar o comando da Casa.

Amigos de Pacheco disseram ao *Estado* que, na prática, ele age de olho em três vetores. O



**Rodrigo Pacheco; estilo intriga Planalto, Supremo e bolsonaristas**

primeiro está ligado à proximidade com Lula, a quem conheceu pessoalmente apenas no fim de 2022, na transição do governo. O segundo é a disputa interna no Senado, a Casa de Sálão Azul onde também precisa fazer gestos para agradar aos adversários do Planalto. A menos de nove meses de sua sucessão, a estratégia mira, ainda, a busca de votos para Alcolumbre.

O terceiro vetor diz respeito ao vínculo de Pacheco com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Judiciário. Ocupar uma cadeira no STF sempre fez parte de seus sonhos, mas Lula não o indicou.

O plenário virtual da Corte analisa a decisão de Zanin que provocou mais um curto-circuito na relação com o Congresso ao suspender trechos da lei sobre a desoneração de empre-

## Para entender



## Proposta de senador puxa fila da pauta-bomba

### ● PEC do Quinquênio

O Senado discute uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concede um bônus automático de 5% (limitado a 35%) nos vencimentos das carreiras da magistratura e do Ministério Público a cada cinco anos de trabalho, o chamado quinquênio

### ● Impacto fiscal

Caso passe pelo crivo do Congresso, a proposta que prevê mais um penduricalho para elevar os salários de juízes, procuradores e promotores (e incluiu mais categorias na lista) deve causar impacto anual de R\$ 40 bilhões, conforme estimativa do governo

### ● Retomada do penduricalho

APEC é de autoria do presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que defende a volta do pagamento de Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para as categorias. Extinto em 2006, o quinquênio foi agora ressuscitado

### ● ‘Valorização das carreiras’

Na justificativa da PEC 10/2023, Pacheco afirma que o quinquênio é uma forma de valorizar as carreiras do Judiciário e do Ministério Público, evitando que profissionais desistam de ingressar no serviço público

### ● Justificativa

“Nós não podemos permitir que bons magistrados vocacionados queiram sair das suas carreiras para irem para a iniciativa privada, para a política ou para o exterior porque a atividade da vocação deles deixou de ser atrativa”, disse ele



**Relator, senador Eduardo Gomes estendeu benefício do quinquênio**

### ● Fora do teto

Como esse adicional por tempo de serviço é considerado verba indenizatória, ele seria acrescido à remuneração sem entrar no abate-teto. Atualmente, o teto do funcionalismo público federal é de R\$ 44 mil, que corresponde ao salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)

### ● Alcance

Segundo estudo do Centro de Liderança Pública (CLP), elaborado pelo economista Daniel Duque, o quinquênio beneficiaria 31,8 mil dos 266 mil magistrados, procuradores e promotores que atuam no País. E 17,8 mil membros do Judiciário e do MP teriam remuneração mensal maior que o teto constitucional

### ● Ampliação do benefício

Na versão original, a PEC estabelece o penduricalho para magistrados, procuradores e promotores da ativa e aposentados. Porém, na proposta aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, o relator Eduardo Gomes (PL-TO) acatou emendas que estendem o quinquênio para outros agentes públicos, como integrantes da Advocacia Pública da União, Estados e Distrito Federal, membros da Defensoria Pública, delegados da Polícia Federal e ministros e conselheiros de Tribunais de Contas

### ● ‘Desinformação’

O senador Eduardo Gomes minimizou as críticas à proposta. Para o relator, a estimativa feita pelo governo sobre o impacto da PEC do Quinquênio nas contas públicas é parte de um “processo de desinformação” organizado pelo Executivo